



# CADERNO DE PROVAS ESCRITAS

## 25 de fevereiro de 2018

### Políticas e Gestão Escolar

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL Nº 22/2016-REITORIA/IFRN**  
**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO**

#### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas **caneta** esferográfica com material transparente com tinta na cor **azul ou preta**.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá **duração** máxima de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher as Folhas de Respostas.
- Confira, com a máxima atenção, o Caderno de Provas, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

PROVA	TIPO DE QUESTÕES	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos	Discursivas	02	30
Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos	Múltipla escolha	30	70
Prova Objetiva de Educação Profissional		10	
<b>TOTAL</b>		<b>42</b>	<b>100</b>

- Confira, com a máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, CPF e matéria/disciplina) constantes na **Folha de Respostas de Múltipla Escolha** e nas **Folhas de Respostas Discursivas** estão corretos.
- Em havendo falhas em quaisquer Folhas de Respostas, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- As Folhas de Respostas não poderão ser dobradas, amassadas e/ou danificadas. Em hipótese alguma, serão substituídas.
- Assine as Folhas de Respostas no espaço apropriado.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, **entregue todas as Folhas de Respostas ao fiscal**. O **Caderno de Provas** somente poderá ser levado depois de **transcorridas 4 (quatro) horas** do início da aplicação da prova.

#### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS QUESTÕES DISCURSIVAS

- As questões discursivas deverão ser respondidas unicamente no espaço destinado para cada resposta. Respostas redigidas fora do espaço reservado serão desconsideradas.
- As Folhas de Respostas, **num total de duas** (uma para cada questão), contêm os espaços destinados às respostas das duas questões discursivas.

#### INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas **1 (uma) opção** de resposta correta.
- Transfira as respostas para a **Folha de Respostas de Múltipla Escolha** somente quando não mais pretender fazer modificações. Não ultrapasse o **limite dos círculos** na Folha de Respostas.

**NOME COMPLETO:**

**CPF:**

**PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**ESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER RESPONDIDAS NAS FOLHAS DE RESPOSTAS DISCURSIVAS, MANTENDO O MEMORIAL DE CÁLCULO, QUANDO FOR O CASO.**

**Questão 1**

Descreva, em níveis e em modalidades, a estrutura da Educação Profissional e Tecnológica. Na descrição, especifique os objetivos e as finalidades de cada nível e de cada modalidade, de acordo com a legislação brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e alterações; o Decreto n. 5154/2004, que complementa essa lei; e as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

**Questão 2**

Dentre os objetivos e prioridades do Plano Nacional de Educação (PNE) está a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Esses conselhos têm atribuições que fazem parte do processo democrático de divisão de direitos e responsabilidades no processo de gestão escolar.

Apresente e comente 5 atribuições desses conselhos.

**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.**

1. A Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 assume a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser desenvolvida de forma a atingir o pleno desenvolvimento da pessoa, a sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sem distinção das condições socioeconômicas e de etnia, com respeito ao pluralismo de ideias e às concepções pedagógicas.

Desse modo, a Constituição define uma série de princípios básicos entre os quais destacam-se a

- A) igualdade de condições para o acesso e permanência, a valorização dos educadores e a garantia de padrão de qualidade.
  - B) admissão de profissionais e cientistas para o aperfeiçoamento, e ampliação das oportunidades de todos na educação.
  - C) submissão às diretrizes estabelecidas em acordos firmados pelo governo e articulação em diferentes instâncias: federal, estadual e municipal.
  - D) capacitação permanente de professores, gestores e técnicos para atingir as metas educacionais estabelecidas e cumprimento do Plano Nacional de Educação.
2. Os modelos produtivos taylorista-fordista caracterizaram-se pela organização do trabalho pautada, principalmente, na divisão técnica do trabalho, na produção em massa, dentre outros aspectos.

O processo ensino-aprendizagem reproduz essa lógica produtiva quando prevê

- A) a realização pessoal do aluno, o desenvolvimento de sua personalidade e autoconhecimento; os conteúdos com significação pessoal; as atividades de sensibilização, expressão e comunicação interpessoal; e a importância dos trabalhos em grupos.
- B) a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes; os conteúdos escolares vinculados à realidade social e à capacidade cognitiva dos alunos, sendo impostos como verdade absoluta; e a aprendizagem mecânica, passiva e repetitiva.
- C) a construção e a aprendizagem de conhecimento considerando as fases de desenvolvimento; os conteúdos adequados aos interesses, ritmos e fases de raciocínio do aluno; e aprendizagem construída através de planejamentos e testes.
- D) a aquisição de atividades repetitivas em grande quantidade, controladas e especializadas em um determinado tipo de conhecimento; a memorização, a fragmentação e a hierarquização do conhecimento; e os conteúdos rígidos.

3. A Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei nº 9.394/1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem como principal objetivo instituir a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, de modo que o ensino médio amplie sua carga horária mínima anual de 800 horas para 1.400 horas.

De acordo com o que estabelece a lei nº 13.415/2017, os sistemas de ensino deverão se estruturar para oferecer as condições necessárias de instalações, de equipamentos e de profissionais para implementar o projeto de ensino médio em tempo integral, no prazo máximo de

- A) dez anos, implementando a carga horária máxima de mil e quatrocentas horas anuais a partir de março de 2019.
  - B) cinco anos, com ampliação de carga horária para, pelo menos, mil horas anuais a partir de março de 2017.
  - C) três anos, com ampliação progressiva da carga horária mínima de oitocentas horas anuais a partir de março de 2018.
  - D) oito anos, implementando a carga horária máxima de mil e quatrocentas horas anuais a partir de março de 2020.
4. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê, em seu Art. 7º, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto do PNE.

De acordo com esse artigo do PNE e seus desdobramentos, no que se refere ao regime de colaboração, é correto afirmar:

- A) Será criada uma instância transitória de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, conforme necessidade.
  - B) Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criarão mecanismos para o acompanhamento nacional da consecução das metas.
  - C) Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas.
  - D) O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios e a União incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação em cada município.
5. Existem vários programas que vêm sendo desenvolvidos como políticas públicas de educação básica nos últimos treze anos. Entre esses programas estão o Mais Educação ou Novo Mais Educação, o Ensino Médio Inovador e o Brasil Alfabetizado. Alguns desses programas são destinados ao apoio infraestrutural à realização do processo educacional, tal como fornecimento de materiais didático-escolar e tecnológico, além de ajuda para transporte e alimentação.

Nesse contexto, torna-se importante identificar os percentuais quantitativo e qualitativo que são assumidos como norteadores desses programas para que seja possível verificar

- A) os indicadores de qualidade que vêm sendo atingidos por meio desses programas e que estão estabelecidos no Plano Nacional de Educação para o decênio 2014 a 2024.
- B) se existem distorções extracurriculares que possam evidenciar a necessidade de modificar o Plano Nacional de Educação e/ou o Projeto Político Pedagógico institucional.
- C) se existe fiscalização comunitária das ações realizadas pela gestão educacional em cada unidade educativa para fins de cumprimento das metas estabelecidas.
- D) os calendários escolares a fim de identificar se os sistemas educativos estão cumprindo os dias letivos planejados para as etapas da educação básica contemplados com o desenvolvimento dos programas.

6. A concepção técnico-científica de gestão visa à racionalidade do trabalho, dentre outros objetivos. A versão mais conservadora dessa concepção é denominada de administração clássica ou burocrática.

São características dessa concepção de gestão escolar

- A) a promoção do poder coletivo na escola para preparar formas de autogestão no plano político; as decisões coletivas por meio de assembleias e reuniões; a alternância no exercício de funções; e a ênfase nas relações pessoais, mais do que nas tarefas.
  - B) a prescrição detalhada de funções e tarefas, acentuando-se a divisão técnica do trabalho escolar; o poder centralizado no diretor; as formas de comunicação verticalizadas; e a maior ênfase nas tarefas do que nas interações pessoais.
  - C) a valorização do trabalho com base nas experiências subjetivas e nas interações sociais das pessoas; o privilégio da ação organizadora como valor e prática compartilhados em detrimento do ato de organizar; e a visão do gestor como, essencialmente, um administrador.
  - D) a organização da gestão centrada na objetividade e coleta de informações reais; a consideração dos significados subjetivos e culturais; o acompanhamento dos trabalhos; a reorientação de rumos e ações; e a tomada de decisões centradas na gestão.
7. As políticas públicas brasileiras para o ensino médio articulado com a educação profissional vêm sendo encaradas sob diferentes enfoques que explicitam diretrizes amplas e/ou antagônicas no que diz respeito à concepção de educação para o trabalho.

No entanto, em coerência com o que define a Constituição Brasileira de 1988, é fundamental que, no ensino médio articulado com a educação profissional,

- A) seja contemplada uma ampla base científica e tecnológica que contribua para a formação integral do cidadão.
  - B) exista em cada itinerário formativo a preocupação de se proporcionar um aprofundamento maior de determinada área.
  - C) haja a possibilidade de o estudante seguir a orientação dada pelo mercado de trabalho e pelas realidades local e regional.
  - D) ocorra a identificação de qual área o aluno deve seguir para obter sucesso no seu engajamento profissional.
8. Modernização da escola, qualidade total, adequação do ensino à competitividade do mercado global e meritocracia são características de um modelo educacional
- A) neoliberal.
  - B) liberal.
  - C) socialista.
  - D) comunista.

9. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, foi criado por meio do Decreto n. 5.840/2006 com objetivo de atender ao público que não teve condições de realizar o ensino fundamental e/ou médio na época considerada adequada, bem como para preparar esses jovens e adultos para o ingresso no mundo do trabalho. Essa preparação se dá via cursos de formação inicial e continuada e/ ou técnicos de nível médio, sendo observadas as exigências próprias de cada etapa da educação básica e ou a normatização legal própria a algumas ocupações.

Quanto à sua oferta, a legislação explicita que esse programa, pode ser adotado

- A) pelas empresas que mantenham vínculo permanente com a educação.
  - B) por quaisquer instituições com interesse para assumir essa oferta.
  - C) pelas redes de educação federal, estadual, municipal e privada.
  - D) por cooperativas e associações existentes em áreas de risco.
10. O Brasil participou, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Essa Conferência foi convocada pelas seguintes entidades: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e Banco Mundial. Naquele momento, vários países assumiram o compromisso de empreender esforços para assegurar à sua população o direito à educação.

Em 1993, o Brasil retoma o compromisso de Jomtien e elabora

- A) O Plano Nacional de Políticas para a Educação.
  - B) A Declaração Mundial de Educação para Todos.
  - C) A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
  - D) O Plano Decenal de Educação para Todos.
11. Políticas públicas desenvolvidas por meio de diferentes programas como o Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Pronatec, Mulheres Mil, entre outros, se destinam à elevação de escolaridade e/ou à formação profissional, ampliando oportunidades formativas que atingiriam um público que se encontra fora do trabalho formal.

Esses Programas foram ampliados para atender diferentes públicos e passaram a ser ofertados

- A) de forma articulada entre estados, municípios e rede privada a fim de atender necessidades da educação básica e profissional.
- B) para atender demandantes em suas propostas de ofertas, observando as condições de oferta local.
- C) para atender ofertas educativas regulares a partir de carga horária aprovada pelas instâncias competentes.
- D) de forma presencial, a distância e em unidades avançadas, contando com uma infraestrutura adequada.

- 12.** O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998 e expirou em 2006.

Sobre esse Fundo, é correto afirmar:

- A) Os recursos deveriam ser empregados, preferencialmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e, particularmente, na valorização do seu magistério e, atendidas essas exigências, seus recursos deveriam ser direcionados a outros níveis de ensino, especificamente na valorização do magistério.
  - B) Era caracterizado como um Fundo de natureza contábil, com o mesmo tratamento dispensado ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios, de modo que seus recursos eram repassados automaticamente a esses entes federados.
  - C) O recurso era constituído de 15% do Fundo de Participação dos Estados, 10% do Fundo de Participação dos Municípios, 5% do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e o mesmo percentual do imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações.
  - D) Os Estados e Municípios habilitados a receber os recursos eram aqueles que ofereciam atendimento em rede de ensino fundamental regular e que tinham alunos cadastrados no censo escolar do ano anterior, sendo computadas, ainda, para efeitos do Fundo, as matrículas na Educação Infantil e no Ensino Supletivo.
- 13.** O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 13.005/2014, estabelece vinte metas a serem atingidas pelos sistemas de ensino de forma qualitativa e quantitativa, durante a vigência de dez anos (2014 a 2024).  
Dentre essas metas, existem implicações diretas para o ensino médio, para a educação profissional e para a educação de jovens e adultos no que diz respeito
- A) à alfabetização e ao alfabetismo de jovens e adultos; à educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e à educação profissional.
  - B) ao plano de carreira do professor e prestador de serviço; à escolaridade média; e a educação escolar integral
  - C) à educação especial generalista; à educação infantil e à valorização do professor da rede pública.
  - D) ao ensino fundamental à distância; ao financiamento da educação e pós-graduação para o professor de educação básica.

14. Conforme orientações do MEC, a utilização dos recursos do FUNDEB pelos Estados, Distrito Federal e Municípios devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e de desenvolvimento da educação básica pública. Do montante, uma parcela mínima de 60% do Fundo deve ser destinada à remuneração
- A) de integrantes do quadro de magistério do ensino superior ou de etapas da educação básica de responsabilidade de outro ente governamental ou do setor privado, quando de instituição comunitária, confessional ou filantrópica conveniada com o poder público.
  - B) de trabalhadores da educação básica, com ou sem cargo de direção e chefia, incluindo os profissionais do magistério e outros servidores que atuam na realização de serviços de apoio técnico-administrativo e operacional, incluindo-se a manutenção de ambientes e de instituições do respectivo sistema de ensino básico.
  - C) dos(as) Secretários(as) de Educação do respectivo ente governamental ou do dirigente de órgão equivalente, somente se a atuação desse dirigente se limitar à educação e ao segmento da educação básica, que compete ao ente governamental oferecer prioritariamente, na forma do art. 211, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal.
  - D) dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública, com vínculo contratual em caráter permanente ou temporário com o Estado, Distrito Federal ou Município, regido tanto por regime jurídico específico do ente governamental contratante quanto pela Consolidação das Leis do Trabalho.
15. Estão registrados na literatura e nas pesquisas da área de Educação de Jovens e Adultos os desafios a serem enfrentados pelas instituições e pelos profissionais que atuam nessa modalidade de oferta nos ensinos fundamental e médio e na formação profissional, de tal modo que os alunos dessa modalidade chegam a se aculturar às regras e às normas estabelecidas pelas escolas, sob pena de serem “expulsos do processo” por não atenderem à cultura institucional. Esses registros vão ao encontro da necessidade de se ter clareza das principais características do público a ser atingido pelas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.
- Dentre as características desse público constata-se que, de modo geral, são
- A) pessoas que vivem de acordo com os programas sociais dos governos, adequando-se às exigências de cada um deles, para atingir uma melhoria de condições de vida.
  - B) jovens matriculados e permanecidos nas escolas até conseguirem uma vaga de emprego adequado às suas condições pessoais e profissionais.
  - C) migrantes de áreas da periferia metropolitana ou de zonas rurais empobrecidas, analfabetos ou com baixo nível de escolarização e com experiências de trabalhos não qualificados.
  - D) indivíduos que recorrem constantemente a oportunidades de melhoria das condições de vida oferecidas, dando cumprimento às normas de programas sociais de inclusão.



**16.** A Constituição da República Federativa do Brasil/1988, atualizada através da EC n. 97/2017, em seu Art. 211, prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

Sobre a responsabilidade de cada ente federado nessa organização, é correto afirmar:

- A) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- B) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- C) A união organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- D) A União elaborará as formas de colaboração entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que executarão ações de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, tendo como prioridade a educação básica pública, que atenderá prioritariamente ao ensino regular.

**17.** No Brasil, a partir de 1990 a política de regulação estatal adquiriu grande relevância levando ao surgimento de instâncias reguladoras como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (ENADE), Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCEJA), Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a Prova Brasil.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de um processo de avaliação também para a educação profissional e tecnológica, a partir de experiências com programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), Mulheres Mil e MOVA BRASIL, no sentido de

- A) recorrer a diferentes instituições dos entes federativos que compõem a união para o aperfeiçoamento das dimensões estratégicas de avaliação técnico-pedagógica e de gestão escolar.
- B) solucionar o problema do emprego de recursos públicos e privados em programas que ampliam a quantidade de profissionais para os setores produtivos com maior destaque.
- C) proporcionar momentos constituídos para o desenvolvimento de experiências que ampliam a base da formação profissional a partir dos arranjos produtivos locais e regionais.
- D) contribuir com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no aperfeiçoamento de programas e ações de educação básica, de jovens e adultos e formação profissional.

**18.** O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão colegiado integrante do Ministério da Educação (MEC). Ele foi criado com o objetivo de colaborar na formação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação. É composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior.

Sobre a composição dessas Câmaras, é correto afirmar:

- A) São membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Fundamental e, na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e do Desporto e nomeados pelo Presidente da República.
- B) A escolha e nomeação dos conselheiros serão feitas pelo Presidente da República, considerando nomes indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados, sem obrigatoriedade de consulta a entidades da sociedade civil.
- C) Poderão ser consideradas, para a Câmara de Educação Básica, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, com prioridade para dirigentes de instituições de ensino e os Secretários de Educação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.
- D) O Presidente da República, na escolha dos nomes que comporão as Câmaras, levará em conta a obrigatoriedade de estarem representadas as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado, sem a necessidade de estarem representadas todas as regiões do país.

**19.** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996) e suas atualizações, no que diz respeito à educação básica, garante a pessoas físicas e a entidades jurídicas e comunitárias, a solicitação, junto ao poder público, da garantia de direitos expressos para ampliação de atendimento ao público próprio de cada etapa formal do processo de educação. Isso evidencia a importância de organização nos diferentes segmentos sociais para representações formais junto ao poder instituído.

Deste modo, em seu Art. 5º., ficam evidenciadas as obrigações do Estado Brasileiro para com o cidadão e a garantia de representação, envolvendo o ministério público, para

- A) garantir o acompanhamento necessário ao desenvolvimento das atividades do processo de gestão e de ensino para que ocorra a aprendizagem de forma adequada.
- B) assegurar o acesso ao ensino obrigatório daqueles que estão em idade escolar e também de jovens e adultos que não concluíram a educação básica, por meio de chamada pública e em todas as esferas administrativas.
- C) utilizar estratégias públicas e privadas experimentadas pelos diferentes sistemas de ensino para consolidar os planos plurianuais de educação.
- D) manter atualizados os dados do censo escolar durante todo o processo de desenvolvimento dos Projetos Político Pedagógicos de todas as instituições de educação básica.

**20.** A partir da década de 1970, difundiu-se um sistema de produção industrial que se caracterizou por flexibilizar a fabricação de mercadorias. Nesse sistema de desenvolvimento da produção capitalista exigiam-se novas qualificações para o trabalho que articulassem habilidades cognitivas e habilidades comportamentais, obtendo novos dispositivos organizacionais da automação flexível. Diante desse cenário, a qualificação era de suma importância, uma vez que era considerada um dos requisitos básicos para o desenvolvimento e para a sustentabilidade de uma organização industrial.

O trecho acima refere-se ao sistema de produção industrial denominado

- A) Fordismo.
- B) Toyotismo.
- C) Taylorismo.
- D) Volvismo.

**21.** O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC, instituído por meio da Lei n. 12.513/2011, de forma mais restrita, teve definido como público alvo prioritário estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive os de educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública ou privada na condição de bolsista integral.

Desta maneira, para atingir este público, o programa apresenta, dentre outros objetivos

- A) priorizar as demandas provenientes do mercado de trabalho como forma de garantir a inserção de egressos neste mercado; construir a oferta de cursos de qualificação e ou técnico nos espaços empresariais.
- B) cumprir seu planejamento para atender as finalidades do público alvo; e avaliar, de forma comparativa e constante o atendimento em instituições públicas e privadas para garantir, a todos que se inscreveram, inserção no mercado de trabalho.
- C) planejar as etapas para ofertas de cursos nas instituições públicas e privadas das regiões envolvidas; e efetivar a oferta de cursos de nível técnico e ou de formação inicial e continuada envolvendo todos os demandantes.
- D) expandir e interiorizar a oferta de educação profissional de nível técnico de forma presencial e a distância e de formação inicial e continuada; e articular a educação profissional com as políticas de geração de trabalho e renda.

**22.** Acerca do financiamento da educação pública a partir dos anos 1990, em diversos momentos, várias ações educacionais dirigidas à população que reside no campo foram desenvolvidas. Entre essas ações está a criação do PRONERA.

Sobre o PRONERA, é correto afirmar que esse programa

- A) é destinado a agricultores com idade entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que não tenham concluído o ensino fundamental. Com dois anos de formação em regime de alternância, os jovens obtêm o certificado de conclusão do ensino fundamental com qualificação em agricultura familiar.
- B) concede bolsas de estudo e de pesquisa para educadores de instituições públicas de ensino superior, supervisores das secretarias estaduais de educação e a professores. Esses bolsistas trabalham na qualificação dos professores que lecionam em escolas rurais multisseriadas.
- C) tem como público alvo jovens e adultos das famílias atendidas pelos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, professores e educadores que atuam no próprio programa, famílias cadastradas e alunos dos cursos de especialização deste Instituto.
- D) é de apoio à formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo e oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

- 23.** O Programa Mulheres Mil, desde o ano de 2007, por meio da SETEC/MEC e de parcerias internacionais com o Canadá, desenvolve ações que contribuem para a qualificação profissional e para a elevação da escolaridade de mulheres. Desse modo, ampliou, na rede federal, o atendimento de jovens e adultos em cursos de formação inicial e continuada, contribuindo, também, para a descoberta da cidadania, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio comunitários, além de estimular a volta aos bancos escolares.

Esse programa continua como política pública por meio da oferta de cursos, utilizando recursos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Pronatec/Bolsa Formação. Ele tem como uma das estratégias

- A) a ampliação de métodos e técnicas gerais, o que contribui no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e de gestão de recursos.
  - B) a ação efetiva com demandantes institucionais, o que fortalece a comunidade e a criação de novas oportunidades de formação profissional e tecnológica.
  - C) sua metodologia específica de acesso por meio de acolhimento e da assistência direta a cada aluna, o que contribui para a permanência e o êxito com a obtenção da certificação adequada.
  - D) sua indicação como modalidade de educação de jovens e adultos a ser ampliada e assumida no âmbito da rede federal, o que permite a operacionalização dentro da carga horária de trabalho docente.
- 24.** A LDB, em seu Art. 14, tem previsto que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesse contexto de gestão democrática do ensino público na educação básica, em relação aos conselhos escolares, é correto afirmar:

- A) O Conselho Escolar, entre outros mecanismos, tem papel decisivo na gestão democrática da escola, se for utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã.
- B) O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares visa estimular a criação dos Conselhos Escolares, orientando sobre as concepções burocráticas e formais de gestão escolar.
- C) Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que atuam conforme os interesses da administração escolar, no intuito de definir caminhos para tomar decisões administrativas condizentes com as necessidades materiais da escola.
- D) A composição, as funções, as responsabilidades e o funcionamento dos Conselhos Escolares devem ser estabelecidos pelos gestores da própria escola, a partir da realidade concreta, e garantindo sua natureza essencialmente pedagógica.

- 25.** O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é o órgão responsável por coordenar a avaliação da educação básica desde 1990 por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, tendo como principal meta identificar a eficiência das redes de escolas brasileiras.

Diante da complexidade desse processo de avaliação e do envolvimento de milhões de estudantes em locais muito diferentes, atualmente o INEP emprega uma metodologia que busca atender a essa demanda por meio da

- A) utilização de grande número de itens em uma única avaliação, distribuídos em cadernos de testes, permitindo a criação de escalas de desempenho por área curricular.
- B) verificação total e ampla do desempenho de todos os estudantes matriculados em pequenas e grandes cidades, para identificação de erros e acertos referentes a qualidade da educação.
- C) ampliação de métodos e técnicas estatísticas como mecanismos de ajustes legais e técnicos para identificação de problemas específicos em todos os níveis da educação básica.
- D) indicação de instrumentos de avaliação qualitativa dos alunos, que permitam a tomada de decisão quanto ao desempenho da qualidade dos docentes e da gestão escolar.

- 26.** A concepção de administração empresarial tem sido apresentada por vários estudiosos como parâmetro para a gestão na educação. De acordo com esse entendimento, os métodos e técnicas das teorias das escolas de administração são eficientes e suficientes para resolver os problemas existentes nos ambientes escolares.

Desse modo, nessa concepção, a gestão educacional é

- A) voltada para a transformação social por meio do gestor, tendo como base os objetivos sociais dos sujeitos envolvidos com a comunidade.
- B) derivada da natureza, das funções, dos objetivos e dos valores das escolas, alicerçados no campo da formação humana e sociocultural.
- C) vista como a mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos e objetiva a formação para a competitividade e a cidadania.
- D) entendida como direção e objetiva a utilização racional de recursos na busca de ganhos imediatos de novos mercados e consumidores.

- 27.** A Constituição Federal Brasileira, de 1988, expressa, em seu título II e capítulo I, uma série de direitos individuais e coletivos que estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da educação básica, uma vez que esta trabalha com a formação de atitudes éticas, com o respeito e com a participação no âmbito da coletividade.

Essa base legal assegura a todos os cidadãos uma série de direitos e deveres individuais e coletivos, entre os quais encontram-se

- A) a permanente verificação dos usos e dos costumes dos diferentes povos e o estímulo às diferentes etnias para o desenvolvimento de atitudes cidadãs.
- B) a liberdade de pensamento, a expressão do conhecimento científico, artístico, cultural e o exercício de trabalho, ofício ou profissão, de acordo com a lei.
- C) a respeitabilidade aos valores coerentes com o tipo de sociedade a qual se vivencia e a obrigação de aquiescência de normas e valores veiculados.
- D) a perpetuação de estruturas provenientes da organização social para resguardo das suas origens históricas e a liberdade de consciência e de crença.

**28.** O Exame Nacional de Ensino Médio é um instrumento de avaliação com grande relevância para os estudantes dessa etapa da educação básica e, conseqüentemente, para a sociedade. Isso se dá devido ao alcance que pode derivar dos seus resultados. Assim, é necessário haver incentivo para a participação dos estudantes nesse exame, bem como o desenvolvimento de uma educação de qualidade que possibilite a obtenção de melhores resultados, principalmente para os alunos oriundos de escolas públicas.

O Exame Nacional de Ensino Médio assumiu funcionalidades para os estudantes porque, além de possibilitar a verificação do aprendizado dos conteúdos do ensino médio, é utilizado como meio de

- A) desenvolvimento de programas e ações voltados para o aluno da educação no campo e de populações de áreas ribeirinhas.
- B) controle efetivo do desempenho de alunos e profissionais que atuam no ensino médio público e privado.
- C) análise das ações realizadas no âmbito da gestão da educação básica nas escolas de ensino médio.
- D) acesso às instituições de educação superior públicas e participação em programas de financiamento em universidades privadas.

**29.** O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 13005/2014, foi construído com base em uma discussão nacional que se desenvolveu a partir de 2009, coordenada pela Conferência Nacional de Educação – CONAE, que, a nível federal, articulou representantes estaduais e municipais, utilizando estratégias de conferências intermunicipais, regionais e federal.

As metas do referido plano são desenvolvidas em níveis federal, estadual e municipal e

- A) o seu controle é feito por meio de discussões decididas por cada ente federativo coerente com a sua participação.
- B) a sua efetivação se dá nos locais onde residem os indivíduos aos quais o direito à educação deve ser garantido.
- C) a sua execução requer uma articulação com todos os representantes das instituições envolvidas no processo.
- D) o seu gerenciamento é o principal fator de dependência para que sejam atingidas suas metas.

**30.** Desde a sua criação, em 1995, a Organização Mundial de Comércio (OMC) vem sofrendo pressões de países desenvolvidos como Austrália, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia e outros, para criar mecanismos capazes de influenciar sobre os rumos da indústria educacional mundial. Para isso, tem se empenhado em implantar medidas que resultem na regulamentação do comércio de serviços educacionais privados para, dessa forma, assegurar o seu livre trânsito no mercado mundial.

O principal argumento utilizado pela OMC para impor mecanismos que permitam o exercício de sua influência sobre a formulação e implantação da política de educação, em nível mundial, sustenta-se na ideia de que

- A) uma rede globalizada de formação será capaz de propagar resultados de uma educação de qualidade entre sistemas educacionais distintos por meio da oferta de cursos em escala mundial, valorizando a variedade de repertórios sociais existente em cada país e o papel exercido pelos respectivos governos.
- B) a educação é parte intrínseca do serviço público, de modo que os Governos, agindo com soberania, podem delegar ofertas educativas a grupos comunitários ou particulares, submetendo-os às suas legislações e imprimindo caráter público, mesmo quando oferecida por instituições de ensino privadas.
- C) a partir do momento que um país reconhece a existência de instituições privadas, com fins lucrativos, como provedoras de programas educacionais, tais programas passam a ser identificados como serviços comerciais e devem ser submetidos às regras gerais impostas a qualquer serviço comercial.
- D) uma rede mundial de formação é capaz de resolver problemas de equidade e acesso à educação e de permitir aos Governos condições de ampliar a oferta de serviços educacionais com parcerias entre os setores público e privado e, desse modo, consolidar políticas de acompanhamento, avaliação e financiamento.

**PROVA OBJETIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.**

**31.** O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino aprendizagem de modo que os conceitos sejam apreendidos como sistemas de relações de uma totalidade concreta, com o objetivo de explicá-la e compreendê-la.

Desse modo, essa concepção de currículo

- A) apropria-se de reflexões relativas à democratização do ensino ou à inclusão social, tendo como núcleo básico a formação geral.
- B) relaciona-se com o mundo do trabalho, adotando uma postura de neutralidade frente às questões didático-pedagógicas.
- C) orienta-se por uma postura interdisciplinar e crítica frente ao conhecimento, adotando a pesquisa como princípio educativo.
- D) orienta-se por valores estéticos, políticos e éticos, isentando-se de discussões relativas à dicotomia entre atividade intelectual e manual.

**32.** O diálogo é um princípio norteador da abordagem pedagógica de Paulo Freire. Essa abordagem visa a uma relação horizontal entre pessoas capazes de interagir em uma relação de reciprocidade e respeito mútuo.

Atendendo a esse princípio, o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos deve

- A) manter distância de situações que versem sobre questões abstratas, pois esses sujeitos apresentam grandes dificuldades na apreensão de conceitos.
- B) seguir um processo técnico dialogado, pois esse público apresenta limitadas condições intelectuais para reflexões de aprofundamento teórico.
- C) conceber a pessoa como um sujeito ativo, capaz de liberdade e de consciência, participe da construção do conhecimento.
- D) explorar todas as dimensões de temas escolhidos pelos sujeitos, de modo que os distancie do cotidiano e os faça construir pensamentos abstratos.

**33.** A abordagem dialógica da aprendizagem tem como principais características a cooperação e a aceitação da intercambialidade e da mutualidade dos papéis do docente e do discente. Essa abordagem exige, portanto, um ambiente de aceitação mútua e de confiança.

Nessa perspectiva, a abordagem dialógica

- A) promove o encontro de docentes e discentes, negando a autenticidade do espírito crítico.
- B) supera a diferença de poder entre educador/a e educandos/as, abolindo a hierarquia da educação bancária.
- C) contrasta com a abordagem antidialógica, tomando a atividade educativa como um ato fundamentalmente cognitivo.
- D) concebe a educação como uma prática de liberdade, hierarquizando os saberes docentes.

- 34.** Na literatura podem ser identificadas três grandes correntes na explicação da gênese do conhecimento: a empirista, a inatista e a interacionista.

Na corrente interna à interacionista, denominada sociointeracionista, cujo expoente é Vygotsky, o processo de construção do conhecimento é inter-relacional e o sujeito

- A) incorpora o meio historicamente construído.
  - B) realiza um processo de troca com o ambiente ao seu redor.
  - C) estabelece questionamento constante do conhecimento adquirido.
  - D) memoriza e aplica os conceitos.
- 35.** Em todos os níveis e modalidades de ensino, o docente deve se constituir num verdadeiro estrategista, no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores ferramentas facilitadoras para que os discentes possam construir conhecimentos.

Considerando as peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos, cabe ao docente

- A) dividir assuntos em tópicos, tendo como principal metodologia a aula expositiva, lidando com tranquilidade com os questionamentos, dúvidas, críticas, respostas incompletas e perguntas inesperadas.
  - B) privilegiar conteúdos factuais, possibilitando a participação discente nas discussões, de forma a priorizar a memorização e a habilidade de lidar com novos conceitos.
  - C) dominar o conteúdo trabalhado, enfatizando, predominantemente, os conceitos, modificando a dinâmica de sala e possibilitando o rompimento com práticas tradicionais estabelecidas.
  - D) propor ações que desafiem o desenvolvimento das operações mentais, possibilitando ao discente relacionar os conteúdos trabalhados à vivência pessoal.
- 36.** Segundo a Resolução nº 06/2012 do MEC/CEB, os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados
- A) em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento, considerando-se a complexidade e a multirreferencialidade do conhecimento científico e tecnológico.
  - B) em etapas, com terminalidade e saídas intermediárias independentes entre si, que possibilitem a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após conclusão com aproveitamento.
  - C) por projetos, que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, e podem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme o desenho curricular adotado pelas instituições.
  - D) por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais.
- 37.** Conforme a Resolução nº 06/2012 do MEC/CEB e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada com o Ensino Médio, integrada ou concomitante, em instituições de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, têm as cargas horárias totais de, no mínimo,
- A) 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais.
  - B) 2.400 horas, devendo assegurar o mínimo de 1.200 horas para a formação no Ensino Médio, acrescidas de 1.200 horas destinadas à formação profissional do técnico de nível médio.
  - C) 1.600, 2.000 e 2.400 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais.
  - D) 800, 1.000 ou 1.200 horas, com etapas de terminalidade de qualificação profissional com 20% da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação.



**38.** No Projeto Político Pedagógico do IFRN, as concepções de ser humano, sociedade, educação, cultura, trabalho, ciência, e tecnologia são definidas como elementos estruturantes do currículo e do conjunto das práticas institucionais que envolvem a ação educativa.

Nesse contexto, a concepção de tecnologia adotada pela instituição considera que a

- A) tecnologia ocupa significativa centralidade na vida social dos sujeitos, de modo que a relação entre a educação e o aporte tecnológico se torna cada vez mais intrínseca, exigindo que a prática pedagógica se articule com as atualizações tecnológicas.
- B) educação tecnológica deve primar por relações tecnológicas mais humanizadas, pela tecnologia como princípio educativo nas práticas pedagógicas e pela superação da dicotomia entre atividade intelectual e atividade tecnológica.
- C) educação tecnológica deve levar em consideração a busca por uma associação natural e social entre homem e meio ambiente, que reconfigure e redimensione as relações dos homens entre si e com o meio ao qual pertencem.
- D) tecnologia auxilia na emancipação subjetiva do sujeito, possibilita o erguimento de novas pontes de conhecimento e auxilia a construção de uma nova arquitetura social para o ser humano na contemporaneidade.

**39.** Demandadas pela rotina acadêmica, as orientações indicadas para os momentos de planejamento coletivo de todos os campi do IFRN são a semana pedagógica, as reuniões pedagógicas e as reuniões de grupo.

Neste contexto, a semana pedagógica no IFRN é um

- A) espaço de reflexão, planejamento e replanejamento da prática pedagógica institucional, no qual é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes quanto permitir a troca de experiências e a socialização de conhecimentos.
- B) espaço de avaliação do trabalho realizado no período anterior, com vistas a replanejar ações pautadas em resultados, na perspectiva de rever as fragilidades e de fortalecer as potencialidades individuais e coletivas.
- C) momento em que os professores planejam os objetivos comuns e os direcionamentos específicos de suas aulas, além das atividades extras, dos projetos integradores, de extensão e de pesquisa.
- D) momento de encontro e de reflexão conjunta, no qual docentes estreitam as diferenças, evidenciam as contradições e ampliam as possibilidades para o trabalho pedagógico coletivo.

**40.** Os projetos integradores são apresentados no Projeto Político Pedagógico do IFRN como uma estratégia metodológica para os currículos das suas diversas ofertas educativas.

Considerando os aspectos metodológicos desses projetos, no IFRN, é correto afirmar:

- A) A seleção das disciplinas ou dos objetos de análise deve contemplar os conhecimentos pertinentes à um eixo temático, escolhido por professores e alunos.
- B) O planejamento e a elaboração devem ser realizados por alunos e professores, em conjunto, considerando sempre o perfil profissional específico do curso.
- C) O procedimento metodológico deve estar ancorado na interdisciplinaridade, na valorização do conhecimento prático e nas vivências profissionais.
- D) A avaliação deve permear todas as etapas do processo em uma perspectiva somativa, valorizando aspectos técnicos com vistas à correção de rumos.

RASCUNHO